

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Psicologia

**O Valor do Trabalho e os Projetos de
Geração de Renda com Usuários nos
Aparelhos de Saúde Mental do
Município de Embu das Artes.**

Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia
Da Faculdade de Psicologia
da Pontifícia Universidade Católica de São

Orientando: Ricardo Luis Pahl
Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira

São Paulo
2008

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Fabio de Oliveira, pela grande confiança depositada em mim durante o processo de orientação, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Prof. Dr. Odair Furtado pela oportunidade de estágio que resultou no presente trabalho.

A Kátia de Paiva, secretária de saúde mental do Município de Embu, pela sua disposição e apoio sem os quais este trabalho não seria possível.

A Jeane, Alberta, Cristina, Nadia e todos os técnicos de Embu que se envolveram direta ou indiretamente na confecção deste trabalho.

Aos usuários do CAPS e do CECCO para os quais este trabalho é dedicado.

Área de Conhecimento: 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

Título: O Valor do Trabalho e os Projetos de Geração de Renda com Usuários nos Aparelhos de Saúde Mental do Município de Embu das Artes.

Orientando: Ricardo Luis Pahl

Orientador: Prof. Dr. Fabio de Oliveira

Palavras-chave: Transtornos Mentais, reabilitação psicossocial, economia solidária.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo, estudar o sentido e o valor do trabalho para os usuários envolvidos nos projetos de geração de renda para usuários dos aparelhos de saúde mental do Município de Embu das Artes. É um estudo etnográfico baseado nos registros em diário de campo obtidos por mim quando da realização de um estágio obrigatório de quarto ano, do "Núcleo de Trabalho e Produção". Sendo os dados analisados na forma de descrição densa de Geertz (1989). Através da análise do diário de campo concluiu-se que estes usuários vêem o trabalho como critério de participação na sociedade, seja pela incapacidade de trabalhar acarretar o diagnóstico da psicose, seja pela capacidade de realizar trabalho indicar a reabilitação da cidadania perdida quando do adoecimento.

Índice

1. Introdução	4
2. Questões Metodológicas	7
3. A experiência no Município de Embu das Artes	10
4. Pensando o trabalho a partir da experiência do estágio.....	15
5. Pensando a organização do trabalho a partir da experiência do estágio	21
6. Pensando o valor do trabalho a partir da experiência de estágio.....	26
7. Conclusão	30
8. Referências Bibliograficas.....	31

1. Introdução

Nos últimos anos a assistência ao portador de transtorno mental grave e persistente tornou-se um desafio que transcende o espaço e os técnicos do aparelho de saúde pública do qual ele é usuário. O acompanhamento do usuário de um serviço de saúde mental envolve, ou pelo menos deveria envolver, as relações sociais que o usuário estabelece em sua comunidade, a sua relação com a economia local e principalmente a relação que estabelece entre suas próprias limitações e sofrimentos e essas instâncias (Saraceno, 2001).

Essa linha de ação é a proposta da Reabilitação Psicossocial descrita por Pitta (2001) como:

“o processo de facilitar ao indivíduo com limitações a restauração, no melhor nível possível de autonomia do exercício de suas funções na comunidade (...) o processo enfatizaria as partes mais sadias e a totalidade de potenciais do indivíduo, mediante uma abordagem compreensiva e um suporte vocacional, residencial, social, recreacional, educacional, ajustados as demandas singulares de cada indivíduo e cada situação de modo personalizado” (p. 20).

Assim, o *tratamento* do transtorno mental passa a não consistir apenas em uma seqüência de terapias psicofarmacológicas e psicológicas dentro de uma instituição, mas sim em um trabalho integrado, realizado por uma equipe multidisciplinar, que pretende habilitar o indivíduo ao convívio pleno em seu meio social, dentro de suas possibilidades.

Nesse sentido, a relação do indivíduo portador de transtorno mental com a economia local tem uma grande importância, uma vez que muitos, mesmo permanecendo em tratamento clínico prolongado, não apresentam uma melhora significativa, devido principalmente à baixa qualidade das relações estabelecidas com sua comunidade, que comumente estigmatiza-os como “vagabundos” ou “incapazes”, perpetuando o sentimento de incapacidade destes usuários de viver para além dos muros das instituições. Zambroni-de-Souza (2006) lembra-nos que essa estigmatização é histórica e que por muito tempo o trabalho prescrito ao

portador de transtorno mental era sempre “como tratamento” (p. 93) e não tinha o intuito de promover autonomia ou reconhecimento do indivíduo pela sociedade via remuneração.

Muitas soluções foram propostas por técnicos em saúde mental para melhorar as perspectivas dentro dessa relação (sendo essa uma prioridade do Ministério da Saúde para a saúde mental), parte delas são uma tentativa de “expansão das ações de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental” (Delgado, 2005, p. 9). Assim, “são muitas as experiências brasileiras de “geração de renda”, “cooperativas”, “trabalho protegido” e outras, que se articulam com a rede de atenção psicossocial em inúmeros municípios” (p. 9). Essas experiências dão-se tanto dentro de aparelhos estatais, como CAPS e CECCOs¹, através de oficinas profissionalizantes e de geração de renda, quanto em ações promovidas por ONGs e fundações mantidas pelo capital privado.

A proposta da Reabilitação Psicossocial (que rege a maioria absoluta destas experiências), no entanto, é centrada na ação, na práxis da desinstitucionalização (Saraceno, 1999), sem necessariamente fazer uso de modelos teóricos elaborados a priori, como explicita Sarraceno (2001), recomendando que os praticantes da reabilitação psicossocial “fiquem calmos, (...) sem pensar que sua prioridade é a construção de um modelo teórico de referência. Não por serem praticantes sem teoria, mas deixar que a teoria se construa sem forçar este processo de construção, porque forçá-lo, o risco é de que se produza uma coisa que já vimos durante este século [XX], que a prática está divorciada da teoria (p.153)”.

No segundo semestre do ano de 2007 realizamos um estágio obrigatório junto a duas instituições da rede substitutiva, um CAPS e um CECCO, que desenvolviam

¹ Dentro das políticas públicas que gerem a rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos, fazem parte os Centros de Atenção Psico-Social (CAPS), que constituem “um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). (...) um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida (Ministério da Saúde, 2004, p. 13).”

Outra importante estrutura dentro da rede substitutiva são os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO), instituições ligadas às secretarias municipais de saúde que, embora não tenham sido criadas com o intuito de promover atividades terapêuticas específicas para a saúde mental, contribuem ao criar um espaço de transição entre o CAPS e o meio social, aonde os usuários portadores de transtornos mentais graves e persistentes podem realizar diversas atividades supervisionadas.

projetos de geração de renda nos moldes da Reabilitação Psicossocial. Neste estágio sentimos muitas vezes que a insistência na ação desprovida de referencial teórico sobre a constituição do sujeito e sobre a etiologia do transtorno acabava por dificultar enormemente a função de psicólogo, uma vez que não se tinha uma concepção clara do porquê as coisas tomavam este ou aquele rumo.

O objetivo deste trabalho é retornar as experiências vividas neste estágio, justamente para colocar, *a posteriori*, uma visão estruturada teoricamente sobre o que foi observado e vivido.

2. Questões Metodológicas

O termo estágio é definido por Houaiss (2008) como:

“**1.** período de prática para que um médico, um advogado etc. se habilite a exercer proficientemente sua profissão **2.** permanência em algum posto, serviço, empresa etc. durante um tempo, para efeito de aprendizagem e aprimoramento profissional **3.** Derivação: por extensão de sentido: qualquer período preparatório”.

Assim a atividade de estágio constitui-se, de forma geral, em uma série de tarefas as quais o estagiário deve cumprir: ir até um lugar específico várias vezes por semana durante alguns meses, permanecer lá por um tempo no qual observará as práticas dos profissionais que ali trabalham, indagar sobre elas, eventualmente participar ativamente dessas práticas, sempre sob a supervisão de um profissional mais experiente, seja no próprio local de estágio, seja na instituição de ensino de origem.

Um subproduto de um estágio, fora a experiência profissional que ele deve proporcionar, pode ser um diário de campo no qual o estagiário anota cuidadosamente todas as suas atividades dia-a-dia: um documento no qual estão registrados as tarefas realizadas, os protagonistas dessas tarefas, os resultados, os percalços etc.

O diário ainda pode ser constantemente modificado, sendo adicionados a ele as dúvidas que surgem no dia-a-dia, os comentários de outros colegas de estágio que sejam consideradas relevantes, o que se levou e o que se deveria levar para a reunião de supervisão e o relato do que o supervisor disse em cada uma dessas reuniões. Pode-se ainda, tardiamente, retornar ao diário e a ele adicionarem-se novas lembranças, revisões e maiores detalhamentos das vivências. Tem-se assim um material muito rico, um conjunto de anotações sistematicamente construído e ampliado: pode-se então considerar um estágio que se desenvolva desta forma, desde o princípio como também um estudo etnográfico de certa situação e certo contexto, e o estagiário como um etnógrafo.

Sato e Souza (2001) discutem a etnografia como um “método de pesquisa social, (...) uma pesquisa sobre e nas instituições” (p. 1) a partir de observação direta do pesquisador ou em pesquisa em registros permanentes e defendem seu uso na pesquisa em psicologia ressaltando:

“A etnografia é uma estratégia que informa o trabalho de pesquisa, rica para o estudo dos processos e interações sociais, das práticas e das representações. Possibilita por todas as suas características, acessar a complexidade, a singularidade, a “arte de fazer”, (...) que constituem as atividades diárias das pessoas” (p. 3).

O estagiário pode ser assim um etnógrafo quando se propõe a cuidadosamente observar e paralelamente interpretar (Rockwell, 1986, citado por Sato & Souza, 2001, p. 3), levando em conta que o que é observado encontra-se em um contexto complexo que abrange não só o fenômeno visível (o ato de trabalhar, por exemplo), mas também os discursos que o descrevem e os sentidos que produz para os envolvidos.

Assim temos o estagiário estabelecido como etnógrafo e o diário de campo, exaustivamente visto e revisto, como suas anotações ampliadas. É sobre essas anotações ampliadas que o psicólogo pode trabalhar no sentido de adicionar a elas outras informações pertinentes, estendendo sua visão a contextos mais amplos do que aqueles inicialmente observados, adicionando implicações derivadas de teorias já desenvolvidas, interpretando o conjunto das anotações ampliadas à luz dessas teorias.

Geertz (1989) chama esse processo de descrição densa e defende que por ele o pesquisador realiza uma dupla tarefa, que:

“é descobrir as estruturas conceituais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. (...) o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo. (...) Assim não é apenas a interpretação que refaz todo o caminho até o nível observacional imediato: o mesmo acontece com a teoria da qual depende conceitualmente tal interpretação” (p. 38).

Tem-se assim o objetivo de, a partir de questionamentos iniciais sobre a observação sistemática do cotidiano do estágio, construir uma interpretação a partir deste cotidiano baseada em teorias que dão suporte as questões envolvidas neste estágio.

Este é o percurso trilhado neste trabalho: como estagiário tive a oportunidade de também exercer a função de etnógrafo (Sato & Souza, 2001), inserido no cotidiano do estágio, observando e paralelamente interpretando, em uma relação com o objeto de pesquisa, no caso os usuários e técnicos dos sistemas de saúde, que se dava em duas mãos, na medida em que ia conhecendo e também me dava a conhecer, pois essas pessoas também tinham uma postura investigativa em relação a mim. Deste encontro surgiu uma interlocução que permitiu que as práticas destas pessoas, seus discursos e sentidos que estes produziam fossem compilados em um conjunto de anotações ampliadas. Esses dados foram então analisados a partir da identificação de enunciados e situações que revelavam os sentidos e o valor atribuídos ao trabalho pelos usuários e técnicos com os quais se convivi.

O estágio consistiu no acompanhamento, durante um semestre, de dois projetos de geração de renda com usuários de serviços de saúde mental no Município de Embu, na região da Grande São Paulo.

3. A experiência no Município de Embu das Artes

O Município de Embu das Artes está localizado a oeste do Município de São Paulo, à vinte e sete quilômetros da Praça da Sé, sendo dividido ao meio pela rodovia Régis Bittencourt. Faz divisa com os Municípios de Taboão da Serra, São Paulo, Cotia e Itapeverica da Serra e segundo o IBGE² possuía, em 2007, pouco menos do que 240.000 habitantes.

É praticamente uma cidade dormitório, sendo que a maioria de sua população trabalha em outros Municípios, e sua realidade socioeconômica pode ser dividida em duas, a porção do Município localizada ao Norte/Noroeste da Rodovia Régis Bittencourt é composta na maior parte por áreas de proteção ambiental, sendo entrecortada por chácaras, sítios e condomínios de altíssimo padrão. O restante do município é indiferenciado da mancha urbana da Grande São Paulo, sendo uma continuação natural da periferia sul paulistana, com todas as suas características: violência, más condições de moradia, desemprego, etc.

Embu é um município famoso por seus ateliês de artesanato, sendo que o Município realiza uma grande feira de produtos artesanais aos sábados e domingos, feira que ocupa todo o centro histórico da cidade e é visitada por milhares de pessoas de todo o país. Essa feira concentra a exposição e venda de centenas de artesãos e cooperativas de artesanato do Município oferecendo de tudo um pouco: pinturas, esculturas, móveis coloniais e modernos, mosaicos, antiguidades restauradas, etc. Como a produção e venda de artesanato é uma atividade que emprega diretamente muitos munícipes, sendo estimulada pela prefeitura, que além de promover a feira, também mantém um local de exposição e venda permanente no centro histórico, a Casa do Artesão.

Um outro aspecto importante do Município de Embu é o fato de ser modelo na questão da saúde mental na região, sendo o único município que não mantém pacientes residentes em serviços de saúde manicomial e que mantém estrita

² O dados do Município de Embu podem ser diretamente acessados em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

sintonia com as políticas públicas do Sistema Único de Saúde e da Reforma Psiquiátrica brasileira.

O Município fundou seu CAPS há aproximadamente 11 anos e vem realizando atendimento da população local, privilegiando a visão do tratamento que busca, além de diminuir o sofrimento inerente ao transtorno, (re)integrar o indivíduo ao seu meio social, respeitando suas limitações e sofrimentos, buscando sua autonomia e resgatando sua cidadania (Prefeitura Municipal de Embu das Artes, 1997). Em Embu também existe um CECCO, o Conviver, que funciona dentro do Parque Francisco Rizzo e realiza diversas atividades recreativas e educacionais, muitas delas com o foco sobre o usuário portador de transtorno mental e na sua relação com a comunidade.

O Município desenvolve, em sintonia com as políticas públicas do Ministério da Saúde para a Saúde Mental, projetos de geração de renda em ambas as unidades, sendo que no CAPS existe o projeto "CAPS em Ação" (CAPSEA) e no CECCO, o "Projeto Barraca". Esses projetos visam complementar o tratamento clínico-ambulatorial, tentando resgatar nestes pacientes a autonomia e a cidadania muitas vezes perdidas durante o processo de adoecimento, seja pelo próprio transtorno em si, seja pelo preconceito das pessoas em seu entorno que sistematicamente excluem este paciente do convívio social, tanto na questão da empregabilidade deste paciente dentro da economia local, quanto na questão da retirada deste paciente do convívio social pela família.

O CAPS em Ação é um projeto que visa dotar o usuário portador de transtorno mental grave e persistente, desde que não em fase aguda, da capacidade de gerar renda através da produção de artesanato. Suas atividades sempre possuem caráter terapêutico, uma vez que mesmo fora da fase aguda, os usuários ainda estão em tratamento intensivo dentro da unidade.

Assim pretende oferecer a esses usuários ferramentas básicas para que possam produzir pequenas peças de artesanato: chaveiros, bolsas, toalhas bordadas, etc. sem a obrigação de produzir em quantidade ou com qualidade excepcional, dando mais ênfase a atividade manual em si e deixando a geração imediata de renda em segundo plano.

Já o Projeto Barraca é um projeto do Núcleo de Trabalho Cooperado do CECCO Conviver, e também tem por objetivo a geração de renda para indivíduos portadores de transtornos mentais variados, que não estão mais em tratamento considerado intensivo, mas que ainda possuem limitações particulares. Suas atividades não são focadas em aspectos terapêuticos, como as do CAPS em Ação, mas sim no ensino de técnicas eficientes de produção de artesanato em sistema cooperado, no suporte ao processo de venda e uso do dinheiro arrecadado em prol da cooperativa e de seu crescimento. Esse projeto conta com uma barraca na Feira do Embu, onde os cooperados podem vender seus produtos em condições de igualdade com os outros artesões do Município.

Nesse projeto existe a preocupação com a geração imediata de renda através da exigência de qualidade e quantidade nos itens produzidos, que são consideradas as chaves para que os usuários formem uma cooperativa competitiva que possa suprir sua subsistência digna.

Ambos os projetos, no entanto, enfrentam problemas, sendo os principais deles a questão da baixa rentabilidade da venda dos produtos e a falta de integração entre ambos.

O primeiro problema é bastante comum entre projetos de geração de renda com usuários de serviços de saúde mental. Zambroni-de-Souza (2006) descreve esta baixa rentabilidade como fator que muitas vezes condena os projetos de geração de renda a, na prática, ficarem restritos a experiências de trabalho protegido dentro das instituições, financiados pelo Estado.

Já a falta de integração se torna um problema na medida em que não há trânsito entre os usuários do CAPS em Ação e do Projeto Barraca. Assim quando o usuário do projeto Barraca tem piora significativa e necessita voltar a um tratamento intensivo, ele é obrigado muitas vezes a parar de trabalhar na produção e só retornar a atividade de artesanato após melhora. Por outro lado o usuário do CAPS que tem alta do tratamento intensivo é obrigado a abandonar o CAPS em Ação e não é encaminhado a um espaço onde possa desenvolver as técnicas de produção que aprendeu, sendo que se não tem habilidade para produzir em escala sozinho, acaba por abandonar a atividade de produção de artesanato.

Começou a existir então, por parte da Secretária de Saúde Mental do Município, Kátia de Paiva, a intenção de integrar os dois projetos e de tornar ambas experiências reais de geração de renda, e não de trabalho protegido. Esta preocupação levou a Secretaria de Saúde do Município a firmar, no segundo semestre de 2007, um acordo com a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para que através do “Núcleo de Trabalho e Produção”, fosse realizado um trabalho em conjunto para que esses problemas começassem a ser sanados. Neste acordo era previsto a realização do estágio obrigatório de núcleo dentro do CECCO e do CAPS, sendo os estagiários participantes ativos em ambos os projetos.

Foi assistindo aos dois projetos de geração de renda que realizei, juntamente com outros cinco alunos, o estágio obrigatório do “Núcleo de Trabalho e Produção”, da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, durante o segundo semestre de 2007, sob supervisão do Prof. Dr. Odair Furtado.

O estágio consistiu na participação direta dos estagiários tanto nas reuniões de gestão, quanto nas oficinas de produção, bem como na assistência aos usuários no momento da venda de suas produções. O objetivo inicial das atividades foi fazer um diagnóstico de ambos os projetos e estudar a possibilidade de ambos, em um futuro próximo, formarem um processo maior, sendo o Projeto Barraca uma continuação natural do CAPS em Ação, no sentido de ser o último tempo entre o início do tratamento e a saída do usuário para o convívio pleno em sua comunidade, e também do CAPS em Ação ser um espaço de acolhimento para aquele usuário que, devido a uma piora, tem que retornar ao tratamento intensivo dentro do CAPS.

Durante o estágio, convivendo com os usuários do Projeto Barraca e com os pacientes que participavam do CAPS em Ação, questões básicas começaram a surgir: o que seria trabalho para estas pessoas? Elas teriam as mesmas concepções de trabalho que pessoas que estariam fora dos serviços de saúde mental? Qual o valor que seria dado ao trabalho? Esse valor seria o mesmo para usuários do CAPS em ação e do Projeto Barraca?

Essas questões surgiram sempre durante experiências específicas, e foram, de certa forma fundamentais para a leitura institucional que a equipe de estagiários

estava realizando. No entanto a questão do valor do trabalho acabou ficando em segundo plano, uma vez que as atividades de estágio não previam uma discussão pormenorizada do tema, sendo restritas a análise das atividades em si e de sua integração.

Neste trabalho retomamos a seguir as experiências nas quais os questionamentos básicos sobre trabalho, sua organização e o seu valor dentro do universo dos usuários dos serviços de saúde mental surgiram, bem como as respostas elaboradas a partir destes questionamentos.

4. Pensando o trabalho a partir da experiência do estágio

No meu primeiro dia como estagiário no projeto CAPS em Ação, sentei-me ao lado de uma mulher aparentando mais de quarenta anos, cabelos curtos, óculos a meio nariz e parecendo muito concentrada em costurar um fuxico³ de tergal colorido. Já tinha sido apresentado a ela na minha primeira visita, mas não me lembrava de seu nome. Mas lembrava que tinha me perguntado se eu era estrangeiro “fazendo trabalho aqui no Brasil”.

Olhou-me com bastante atenção e perguntou se eu sabia costurar, repondi-lhe que não, mas que estava disposto a aprender. Imediatamente parou o seu fuxico e começou a me ensinar a costurar o meu próprio. Não era um trabalho que eu estivesse acostumado a fazer, na verdade era a primeira vez que eu tentava costurar, mas essa senhora possuía uma didática tal que em poucas tentativas, eu já “estava craque” (na opinião dela) em fazer os tais fuxicos.

A minha disponibilidade em aprender pareceu impressionar Iara⁴, que imediatamente passou a fazer uma série de perguntas e colocações, indagando se eu sabia da importância do fuxico para o CAPS em Ação, da história do fuxico, de como em certas regiões do país costureiras encontravam-se para fazer fuxicos e aproveitavam para colocar a conversa em dia, daí a expressão *fazer fuxico* ter se originado, perguntou-me se alguém na minha família costurava, se era costume “*gente rica*” costurar, se eu ia realmente ajudar o projeto dos fuxicos, uma vez que precisaríamos de vários dias de trabalho para produzir a quantidade necessária.

Minhas repostas pareceram agradar muito Iara, que desde então passou a ser, dentro do CAPS em Ação, minha companheira de costura mais próxima. Foi devido a essa proximidade que um dia Iara me contou o porquê de estar ali no

³ “Fuxico” é um pedaço em forma circular de tecido, costurado sobre sua própria borda assumindo a forma de um botão. É muito utilizado como acabamento em peças maiores.

⁴ Todos os nomes mencionados neste trabalho são pseudônimos, um cuidado ético para preservar os usuários.

CAPS: havia enlouquecido. Como cabe a alguém que pretende ser técnico em aparelhos de saúde mental, ignorei a declaração um tanto óbvia de Iara e perguntei como ela tinha enlouquecido, se ela gostaria de me contar.

Iara disse não ter problemas com isso e que não sabia ao certo como "*tinha ficado mal*" (sic), mas que lembrava que "começou a acontecer" no seu trabalho. Ela costumava trabalhar como balconista em uma lanchonete e a partir de um certo momento, assim começou a não ver sentido em os clientes terem que pagar pelos salgados que servia, começou a servi-los de graça. Quando criticada pelo patrão, disse que seu salário pagaria por tudo, uma vez que já "trabalhava mesmo para ele". O patrão não se convenceu e passou a descontar os salgados servidos de graça, e depois de algum tempo Iara oferecia todo o seu salário ao patrão para poder continuar a não cobrar pelos salgados.

Nesse ponto me contou que, como não mais trazia dinheiro para casa, seus familiares desconfiaram que algo estava errado e a levaram a uma Unidade Básica de Saúde para uma consulta. O médico psiquiatra então fez uma série de perguntas e ela respondeu: não dormia há dias, não conseguia fixar atenção em nada e considerava sua atitude no emprego absolutamente normal. Iara me disse que diante de tudo que fora relatado ao médico, ele disse-lhe que "ela tinha transtorno bipolar" e que ia ter que se tratar.

Iara descreve o seu processo de adoecer através de sua relação com o trabalho, não se descreve como alguém que estava doente, mas como alguém que "*queria agradar mais os clientes do que o patrão*" (sic), a tarefa de servir se tornou uma tarefa destacada do contexto mais amplo da lanchonete: ela simplesmente servia e se esmerava em servir, mesmo que precisasse pagar do próprio bolso para continuar servindo.

Seu trabalho prescrito (Clot, 2006) seria, de forma simplificada: receber os clientes, verificar qual ou quais salgados eles desejariam, servi-los e cobrar por eles. Seria através dessas tarefas (Silva, 1997) que Iara iria conseguir, dentro do modo de produção capitalista, moeda corrente o suficiente para atender a suas necessidades básicas de subsistência, como obter o seu próprio alimento, vestuário, abrigo etc.

Seu trabalho realizado, por outro lado, foi simplesmente servir o que os clientes pedissem, sem se importar em cobrar pelo salgado e mais ainda, sem se importar em receber pelo seu trabalho: para manter essa tarefa Iara abriu mão daquilo que é a base do sistema capitalista, o pagamento pela sua força de trabalho.

Yves Clot (2006) discute o conflito entre trabalho prescrito e trabalho real através da perspectiva de que, muitas vezes, para o trabalhador é frustrante se restringir ao trabalho prescrito, não no sentido de diminuir a atividade ao conjunto de regras e procedimentos passados pelo empregador, mas justamente ao contrário, de realizar estas tarefas de maneira a contemplar também os próprios anseios:

“o trabalho não é só organizado pelos projetistas, pelas diretrizes e pelo enquadramento. Ele é reorganizado por aquelas e aqueles que o realizam, e essa organização coletiva comporta prescrições indispensáveis à feitura do trabalho real” (p. 18).

O trabalhador assim media interesses próprios e do empregador, buscando uma atividade que se encontra entre o que foi prescrito e o que gostaria de realizar, e que esteja dentro de um resultado esperado tanto pelo seu empregador quanto por ele mesmo. Se o que é prescrito é demasiadamente enfadonho, o trabalhador modifica o prescrito de forma a diminuir seu sofrimento, se o que é prescrito é demasiado brutal, o trabalhador modifica o prescrito de forma a conseguir realizá-lo dentro de suas possibilidades e não escapando muito do que é esperado por aqueles que prescrevem e usufruem deste trabalho.

É interessante notar que, no caso de Iara, o que era exigido era pouco, “demasiado pouco” (p. 14): perguntar, pegar, servir e receber. Esperar-se-ia que houvesse sofrimento em se restringir à atividade simplória prescrita por medo de demissão, por medo de perder o salário e conseqüentemente o meio de subsistência. Iara, ao contrário abriu mão daquele pouco, que para ela, era demais: a única tarefa que importava era o ato de servir aos clientes. Sendo assim não houve mediação entre trabalho prescrito e real de forma a produzir o que seria esperado, mas ao contrário, Iara reduziu o que foi prescrito a uma atividade nociva à ela (abriu mão do pagamento).

Demissão, salário, subsistência eram termos que não apareceram na narrativa de Iara, e também não apareceram durante as oficinas do CAPS em Ação, sua postura era sempre a mesma, sentar-se, debruçar-se sobre os fuxicos e pacientemente costurá-los, eventualmente juntando-os para fazer bonecas-chaveiro. Não havia qualquer interesse em discutir a produção e seu fim, nem mesmo o preço para venda dos que produzia, sua atividade era restrita ao prescrito, e ponto.

Iara também demonstrava não se importar com o fato de que, em uma sociedade que segue o modelo capitalista, quase nenhum item de subsistência é disponibilizado à pessoa que não se insere nos meios de produção (Silva, 1997). Isso ficou claro quando Iara abriu mão do próprio salário para se ater apenas a atividade de servir os salgados, e quando se recusou a discutir os rumos de sua produção dentro do CAPS em Ação.

O caso de Iara nos faz refletir sobre o trabalho e a inserção do indivíduo na sociedade através dele, também em como aquele que não realiza o trabalho dentro de um certo distanciamento aceitável do que é esperado, automaticamente é identificado como alguém que pode ser louco. Essa identificação é histórica e existem vários autores que a fizeram, por exemplo, Elton Mayo, em seus experimentos em Hawthorne, aventava que aqueles trabalhadores que entravam em conflito dentro das cadeias produtivas deviam ser tratados pela psiquiatria (Spink, 1996; Malvezzi, 1999).

Essa identificação é clara também no sentido contrário: Silva (1997) descreve que para aqueles que estão em tratamento dentro de um CAPS, é importante voltar a realizar trabalho para longe dos muros da instituição dentro do que é esperado, sendo isso critério de melhora para esse indivíduo.

Iara realiza o trabalho dentro de uma mediação entre prescrito e real tão singular, tão própria, que não leva em conta a realidade ao seu redor. Para ela, aparentemente, se tornou insuportável (ou temporariamente impossível) conciliar dever e desejo dentro do esperado. Assim para se discutir o trabalho neste caso, existe uma variável a mais, um defeito na mediação entre trabalho prescrito e real.

Esse defeito pode não estar apenas numa inaptidão ou resistência do indivíduo que surge a partir da exposição ao modo de produção capitalista (Silva,

1997), mas pode estar incrustado em processos psíquicos muito básicos, que se organizaram muito antes do indivíduo sequer saber que precisaria trabalhar pra se sustentar na sociedade contemporânea.

A falha na mediação entre desejo e dever, mediação presente desde muito cedo na história, e a conseqüente fuga para situações inusitadas, aparentemente sem nexos para um observador incauto é muito bem descrita por Sigmund Freud (2006a, 2006b, 2006c).

Para Freud (2006c), a situação de Iara seria conseqüência de “uma perturbação nas relações que o Eu mantém com o mundo externo” (p. 95), aparentemente sua vontade de servir e servir cada vez mais é tal que o Eu não vê outra saída a não ser dar ênfase ao servir em detrimento de qualquer fato externo que demonstre que isso é prejudicial ou inadequado (Freud, 2006b). Assim não importam mais pra Iara as conseqüências de ficar sem dinheiro ou sem sono, muito “reais” para seus filhos e patrão, mas sim as conseqüências insuportáveis que acha que vai enfrentar se não servir salgados de graça.

O caso de Iara então se torna não um caso de inaptidão ao trabalho, mas um caso do que na teoria Psicanalítica Freudiana é chamado de psicose⁵. Laplanche e Pontalis (2001):

“Na segunda teoria do aparelho psíquico, a oposição neurose-psicose põe em jogo a posição intermediária do Eu⁶ [ego] entre o Id e a Realidade. Enquanto na neurose o ego, obedecendo à exigências da realidade (e do Supra-Eu [superego]), recalca as reivindicações pulsionais, na psicose começa por se produzir entre o Eu e a realidade uma ruptura que deixa o Eu sob o domínio do Id, num segundo momento, o do delírio, o ego reconstituiria uma nova realidade de acordo com os desejos do Id.” (P. 393)

⁵ Até este momento nos referimos aos usuários dos serviços de saúde mental como “portadores de transtornos mentais”, sendo este um jargão comum nos serviços, principalmente naqueles que seguem a linha da Reabilitação Psicossocial, como é o caso dos serviços do Município de Embu. A partir daqui nos endereçaremos aos usuários como psicóticos na acepção psicanalítica do termo, uma vez que todos os casos aqui descritos se encaixam na definição de Laplanche e Pontalis (2001) para o termo.

⁶ Optamos por usar aqui a tradução do alemão *Ich* como Eu, segundo o que propõe Luiz Alberto Hans na coleção dos Escritos do Inconsciente, lançada pela editora Imago em 2006. Na tradução de Laplanche e Pontalis (2001), feita por Pedro Taman, é utilizado o termo “ego” como tradução de *Ich*. Da mesma forma para Uber-Ich, utilizamos Supra-Eu, como proposto por Hans.

Podemos então dizer que ao pensarmos o *trabalho* dentro das experiências do estágio nos serviços de saúde mental, este estará sempre subordinado a questão da psicose, sendo esta a variável mais importante.

5. Pensando a organização do trabalho a partir da experiência do estágio

Organizar um projeto de geração de renda que envolva psicóticos não é uma tarefa fácil. Como discutido no quarto capítulo deste trabalho existe neste usuário um conflito entre o ego e a realidade, que muitas vezes dificulta no cumprimento de tarefas, sejam elas básicas ou elaboradas. Fazer um orçamento, administrar recursos ou mesmo vender um produto pode se tornar uma tarefa hercúlea para quem está em sofrimento psíquico.

Um exemplo interessante é o de Luciano, que durante uma reunião de gestão dentro do Projeto Barraca insistiu para que o grupo discutisse o que faria quando a Volkswagen do Brasil encomendasse cento e cinquenta mil vasos em mosaico. O grupo ficou em dúvida sobre o que faria, e foi difícil para os técnicos darem seguimento a reunião.

O processo de organizar essencialmente envolve o uso da linguagem: quem organiza emite instruções na forma de frases, que são compostas por palavras. Essas instruções devem ser recebidas e entendidas por aqueles que estão trabalhando, para que saibam o que fazer, dentro do processo já discutido da mediação entre o que foi prescrito e o que pode ser realizado.

Quando se trata de psicóticos isso nem sempre é tão simples, pois muitas vezes o “entendimento” não se dá como no caso dos neuróticos. No exemplo: porque o grupo ficou em dúvida e não ignorou Luciano completamente?

Freud (2006d) nos propõe um raciocínio muito interessante: nem Luciano, nem o grupo *entendem* “cento e cinquenta mil vasos” como os técnicos (neuróticos) entendem. Esses últimos ao ouvir a quantidade, automaticamente a classificam como absurda, afinal, não tem nada em suas experiências cotidianas no projeto que diga que a Volkswagen do Brasil deseja encomendar essa quantidade de um pequeno projeto de geração de renda com psicóticos.

Os usuários, por outro lado, podem ouvir essa quantidade como algo tão real quanto uma declaração de que a Terra é redonda, isso porque para eles, esse crivo da representação-coisa versus representação-palavra, esse processo que “ancora” o que é recebido via linguagem em inscrições prévias no aparelho psíquico não é tão forte. Assim a organização do trabalho também se torna subordinada à psicose, quando nos referimos a nossa experiência no estágio.

Neste ponto há uma diferença fundamental na organização das atividades daqueles que *frequêntam* o CAPS em Ação e daqueles que *trabalham* no Projeto Barraca. As atividades do CAPS em Ação são pensadas pela equipe técnica do CAPS e são elaboradas com o enfoque terapêutico, levando em conta o diagnóstico e prognóstico de cada paciente envolvido, com uma atenção maior ao momento em que se encontra o paciente dentro da instituição do que na produção e venda de bens. Se Luciano tivesse feito a pergunta dentro do CAPS em Ação, a equipe teria feito todo um esforço para entender o que Luciano queria dizer, quais as implicações que isso teria na condução de seu projeto terapêutico, etc. Ou seja, a organização da produção ficaria automaticamente em segundo plano em relação a Luciano.

No Projeto Barraca, por outro lado, o foco não é o indivíduo, mas sim a produção de bens para a venda em sistema cooperado. É dada importância às relações horizontais entre todos os que se encontram envolvidos na produção e venda dos produtos, bem como na divisão dos recursos captados, rumos do projeto, etc. Assim em situações como descritas acima, é interesse dos técnicos não dar tanta importância ao questionamento de Luciano e fazer com que o grupo também o faça, pois o foco é na produção real de bens. No entanto isso não significa que não haverá uma preocupação em determinar o porquê daquela pergunta e se ela não representa uma possível regressão, só que isso se dará em um segundo momento, e não durante a reunião.

Organizar o trabalho em ambos os projetos é igualmente difícil, embora o que gere essa dificuldade seja diferente em cada um deles. Enquanto no CAPS em Ação a maioria dos problemas surjam em relação à presença da psicose, no Projeto Barraca eles surgem devido ao sistema cooperado no qual se pretende produzir.

O CAPS em Ação não se organiza de forma horizontal, existe uma autoridade exercida pelos técnicos sobre os usuários, e as atividades são organizadas sem a participação direta destes, em reuniões periódicas da equipe responsável. O projeto de geração de renda é assim organizado levando-se em conta seu funcionamento dentro de um CAPS, onde a maioria dos usuários ainda tem um grau de comprometimento grande. Tentar estabelecer um sistema cooperado seria impossível pois não há uma estabilidade no grau de comunicação entre os integrantes do grupo que permita uma gestão horizontal.

Também é necessário lembrar que o trabalho dentro do CAPS em Ação tem de ser constantemente supervisionado em detalhes, pois não há constância por parte dos usuários na realização das tarefas prescritas: uma tarefa pode ser repetida muitas vezes e de repente mudar para outra sem razão aparente. Isso pode ser muito sério, e uma das experiências mais marcantes do estágio foi desviar a atenção por um momento de uma paciente que costurava um fuxico, e esta, em uma demonstração de irritação por não estar sendo mais observada por mim ter começado a costurar o fuxico em seu próprio rosto: dentro do CAPS em Ação a psicose sempre está muito presente.

Já no Projeto Barraca tenta-se estabelecer uma organização horizontal do trabalho, sendo que os usuários são estimulados pela equipe técnica funcionar em consonância com o sistema cooperado de produção. São eles os responsáveis pela divisão de tarefas, fiscalização do cumprimento destas, e na divisão dos dividendos da produção e venda de produtos.

Ainda que exista um acompanhamento por parte da equipe técnica do CECCO, quase tudo é organizado pelos próprios usuários, sendo episódios como o da pergunta de Luciano durante uma reunião relativamente raros.

Os problemas surgem exatamente desta organização em sistema cooperado: quem vai ficar de plantão na barraca, quem vai fazer cartão de visitas, essas tarefas vão ser descontadas das horas obrigatórias de permanência na oficina de produção? Como dividir o lucro da venda dos produtos? Como resistir a tentação de estabelecer

um sistema no qual usuários que estejam “melhores” não mandem naqueles que estão “piores”?

Estas são questões extremamente importantes e constituem o grande problema dos projetos de geração de renda com psicóticos. Saraceno (1999) ao defender a cooperativa como melhor forma de organização inicial para esse projetos, também chama atenção a elas, argumentando que é o curso natural das coisas dentro do sistema capitalista que exista a verticalização das relações dentro de um sistema de produção, e é necessário muito cuidado para que esses projetos de geração de renda não se tornem instrumentos de exploração, aonde justamente aqueles que se encontram um pouco melhores explorem aqueles que estão mais comprometidos.

Outra dificuldade que existe em organizar ambos os projetos é o fato da impermanência dos indivíduos no grupo, que embora também ocorra em ambos os projetos tem causas distintas. Enquanto no CAPS em Ação a impermanência é ocasionada pela própria natureza do serviço: conforme o tratamento avança os indivíduos deixam o serviço e conseqüentemente o projeto, no Projeto Barraca os indivíduos deixam o projeto para se dedicar a outras atividades.

Saraceno (1999) também discorre sobre este fenômeno e argumenta que é natural que conforme o indivíduo se torne mais competente e menos comprometido ele naturalmente seja chamado a ir para setores formais da economia. Também é fato segundo ele, que dentro de projetos de geração de renda com psicóticos é inevitável que aqueles que estejam menos comprometidos trabalhem mais e com melhores resultados que aqueles mais comprometidos psiquicamente, isso acaba gerando conflito dentro do projeto uma vez que se os lucros sejam divididos igualmente, há reclamação de uns e se os lucros são divididos de forma desigual, o grupo mais comprometido tende a reclamar.

Esta é uma situação muito complicada, e é agravada pelo fato de haver meses em que o Projeto Barraca tem divisões de lucro que totalizam alguns poucos centavos por participante. Isso faz com que inevitavelmente o Projeto Barraca acabe por perder membros todos os meses e sua equipe estar sempre se renovando. No

entanto esta renovação é sempre no grupo menos comprometido, sendo os usuários mais comprometidos os mais antigos no projeto.

Foi presenciando a saída de um usuário do Projeto Barraca que começamos a indagar sobre o valor que o trabalho pode ter para usuários em ambos os projetos.

6. Pensando o valor do trabalho a partir da experiência de estágio

Nas oficinas de produção do Projeto Barraca um membro sempre se destacava dos outros, Carlos, que além de fazer vasos muito bem acabados se esforçava pra diversificar suas produções, buscando novos materiais, novos designs e melhores formas de produzir.

Carlos era assíduo tanto nas oficinas quanto nas reuniões de gestão do projeto, estando sempre interessado em discutir todos os aspectos do produção. Freqüentava também a feira e participava diretamente da venda dos produtos, sendo um dos responsáveis pela idéia de criar novos produtos, mais elaborados e caros, e colocá-los à venda na Casa do Artesão do Município, para assim ter um ponto de venda permanente além da feira.

Foi com surpresa que um dia, ao chegar a oficina de produção, ver que Carlos tinha aprimorado sua idéia de produzir itens mais elaborados, e estava produzindo uma mesa de jantar de quatro lugares, o que seria, do ponto de vista de entrada de recursos no projeto, um salto enorme, uma vez que ela provavelmente seria vendida por mais de quinhentos reais, sendo o custo do material zero, uma vez que o tampo e o pé (um tronco sólido ricamente trabalhado) haviam sido conseguidos em uma obra da prefeitura perto dali.

Três dias depois deste encontro na oficina de produção, visitando a feira de artesanato, fui interceptado por Carlos, sorriso largo e vestido como garçom, à mão um ramalhete de filipetas. Fiquei surpreso em vê-lo ali no meio do público e perguntei o que ele estava fazendo, imaginei um "bico" como divulgador, mas a resposta me pegou totalmente desprevenido: "estou trabalhando". Perguntei aonde e ele disse que tinha acabado de ser contratado como auxiliar de garçom em um restaurante do centro histórico, e que sua primeira tarefa era distribuir as filipetas para atrair mais fregueses.

Perguntei se ele continuaria no projeto barraca e ele respondeu que não, que agora "trabalhava" e que não voltaria mais, estava de novo no "mercado de trabalho". Perguntei se ele não gostaria de pelo menos continuar desenvolvendo

novos itens dentro do Projeto Barraca e ele respondeu que não, ainda que “sentisse falta da moleza das oficinas”.

Diante desta situação passei a fazer, na época, dois questionamentos fundamentais: primeiramente o que significa o “trabalho” para este indivíduo no que concerne a sua situação enquanto “portador de transtorno grave e persistente” (Saraceno, 2001), e em segundo lugar porque o trabalho cooperado não parece ser valorizado por este indivíduo?

A resposta a primeira pergunta seria a mesma tanto para Carlos quanto para Iara: trabalhar ou não trabalhar significa muitas vezes estar “doente” ou estar “bom”, a capacidade de trabalhar em emprego formal é um critério de funcionalidade do indivíduo dentro da sociedade, é algo que o distancia da classificação de “louco” (Silva, 1997).

Para Carlos a possibilidade de trabalhar longe do Projeto Barraca também era a chance de se afastar de vez da posição de psicótico, era a possibilidade de se ver distante do conflito entre o Eu e a realidade que caracteriza a posição psicótica. Por melhores que fossem seus projetos, eles ainda estavam imersos em um entorno complicado, em um lugar constantemente separado do “mercado de trabalho”, afinal em seu discurso fazer uma mesa de jantar do zero era “moleza das oficinas”.

O psicótico em sua fase aguda tem o seu Eu a mercê do Id (Laplanche e Pontalis, 2001), não reconhecendo a alteridade e, por conseguinte se encontra à margem da sociedade, por que não consegue operacionalizar a moral que por ventura teria internalizado (Nardi, 2006) em um momento anterior a fase aguda. A operacionalização desta moral só se torna possível quando o Eu tem sua posição de intermediário entre a realidade e o Id, recalçando as demandas pulsionais segundo as exigências do Supra-Eu.

Quando um usuário me diz que está melhor porque está trabalhando em uma frente de trabalho, num emprego que ele mesmo procurou, ganhando e mais independente, apesar de “*sentir falta da moleza das oficinas*”, poderia me questionar se esse usuário não estaria verbalizando uma noção, um princípio de ética do trabalho (Rose, 1985, in Nardi, 2006.).

E a ética do trabalho só é possível dentro, obviamente, de um raciocínio ético, que pode ser definido por Nardi (2006) a partir do pensamento de Foucault, como

“a problematização da forma como o sujeito pensa a sua existência. Esta problematização se refere tanto às relações entre os indivíduos como a relação dos indivíduos para consigo mesmo. (...) A constituição do indivíduo como sujeito ético só é possível por meio de relações complexas intersubjetivas, cujo estatuto e forma são diferentes segundo a época (p. 41-42)”.

Carlos pode indicar assim, pela verbalização do “estou trabalhando” e a descrição do trabalho, que sua melhora é substancial, uma vez que ele já manifesta verbalizações que só são possíveis quando o indivíduo reconhece a sua alteridade. Mas porque a melhora se manifesta na busca do trabalho assalariado, na saída da oficina cooperada?

Para continuar meu raciocínio, lembro da definição de trabalho de Meda (1995, in Nardi, 2006, p. 28):

“O trabalho é uma atividade essencial do homem, graças a qual ele é colocado em contato com sua exterioridade, a natureza, a qual ele se opõe para criar as coisas humanas, - é com os outros e para os outros que ele realiza sua tarefa. O trabalho é, portanto, aquilo que exprime de forma mais importante nossa humanidade, nossa condição fim, criador de valor, mas também de nossa auto-criação como seres sociais. O trabalho é nossa essência e ao mesmo tempo nossa condição”.

Assim, seria de se esperar que o trabalho fosse o primeiro desejo de um indivíduo que volta a sociedade, que sai da anomia da loucura, que é ávido, mesmo que inconscientemente em produzir subjetividade, em introjetar o que está a sua volta de uma forma consonante com a moral contemporânea. A “parte sadia” (Pitta, 2001) poderia ser vista assim como mais que um desejo, como uma necessidade de retornar a uma atividade que pode definir o próprio sujeito desejante.

Mas por que então preferir o trabalho assalariado em vez de continuar no trabalho cooperado dentro do Projeto Barraca? Uma resposta possível pode estar no fato de que este trabalho cooperado se dá dentro da instituição que lida com a saúde mental, que embora seja pertencente à rede substitutiva, ainda possui organizações próprias e pouco esclarecedoras das regras que cada indivíduo deve seguir (até porque psicóticos costumam seguir regras a sua própria maneira), que podem perdurar a sensação de anomia, tal qual definida por Nardi (2006, p.30).

Também deve se levar em conta que o trabalho cooperado é em si um espaço de contestação dos sistemas de produção e remuneração contemporâneos. Nesse caso, o indivíduo que busca a "normalidade", tenderia mesmo ao trabalho assalariado, por sentir que ele o colocaria em uma posição bem definida dentro da sociedade contemporânea.

De qualquer forma, temos que Carlos prefere se inserir no modelo de trabalho "mais aceito" socialmente, aquele onde é presente o valor simbólico da "carteira de trabalho assinada", um documento oficial, uma chancela de que a mediação entre o que pedem a Carlos e o que ele efetivamente realiza esta dentro do esperado, e que a variável representada pela psicose deixou de estar presente.

7. Conclusão

O trabalho tem importante papel na vida do usuário do serviço de saúde mental, do psicótico. Podemos notar isso ao analisar os casos de Iara e Carlos.

Para Iara foi o trabalho, ou melhor, a incapacidade de realizar o trabalho prescrito pelo patrão, que chamou a atenção de sua para o seu estado de sofrimento psíquico. Foi também no trabalho no CAPS em Ação que Iara encontrou acolhimento para exercer atividade laboral dentro de suas possibilidades, mesmo que estas se encontrem tão reduzidas.

Para Carlos, ao contrário, o trabalho passou a ter valor de cidadania, de participação efetiva na sociedade, de superação. Se afastar do trabalho cooperado e obter um emprego formal com carteira assinada é para ele símbolo de estar fora da rede substitutiva.

A partir dos dois exemplos também notamos que o trabalho se estabelece sobre funções mais básicas do indivíduo, e que somente se este indivíduo tem uma relação bem estabelecida com a realidade, se o seu Eu faz a função mediadora entre o Id e a realidade, é que a mediação entre trabalho prescrito e trabalho real se dá dentro do que é considerado aceitável pela sociedade.

Um descolamento no eixo neurose-psicose em direção a psicose naturalmente subverte a capacidade de mediação entre o que é exigido dele e o que é desejado por ele de forma a incapacitá-lo de trabalhar dentro do esperado, acarretando assim a identificação histórica entre incapacidade para o trabalho e loucura. No sentido contrário, conforme o tratamento avança ele naturalmente é identificado como sujeito são, uma vez que esta apto ao trabalho.

O valor e sentido do trabalho, para o usuário dos serviços de saúde mental, é assim conseqüência não só dos processos de mediação previstos pela psicologia do trabalho, mas também dos mecanismos do aparelho psíquico preconizados pela psicologia clínica, no caso deste trabalho, a Tória Psicanalítica de Freud.

8. Referências Bibliográficas

CLOT, Yves. A Função Psicológica do Trabalho. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

DELGADO, Pedro Gabriel. Introdução: Reforma Psiquiátrica e Inclusão Social pelo Trabalho. In: *Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social Pelo Trabalho*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

FREUD, Sigmund. A perda da Realidade na Neurose e Psicose. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

FREUD, Sigmund. Neurose e Psicose. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2006c.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006d.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MALVEZZI, S. Psicologia Organizacional. Da Administração Científica à Globalização: uma história de desafios. In: Machado, C. G. (org.) *Interfaces da Psicologia*. Actas do Congresso Internacional "Interfaces da Psicologia". Évora, vol. II, 1999, p. 313-326

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: 2004.

NARDI, Henrique Caetano. *Ética, trabalho e subjetividade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

PITTA, Ana Maria F. O que é Reabilitação Psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, Ana Maria F. (org.) *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DO EMBU DAS ARTES. *Projeto Institucional CAPS II*ara Embu: 1997.

SARACENO, Benedetto. *Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial a cidadania possível*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Te Corá: Instituto Franco Basaglia, 1999.

SARACENO, Benedetto. Reabilitação Psicossocial: Uma Prática à Espera de Teoria. In: PITTA, Ana Maria F. (org.) *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SATO, Leny. SOUZA, Marilene P. Rebello de. Contribuindo para Desvelar a Complexidade do Cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. *Psicologia USP*, v.12, n.2, 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=pt&nrm=iso.

SILVA, Ana Luisa Aranha e. *O Projeto Copiadora do CAPS: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida*. Tese de Mestrado. Escola de Enfermagem da Universidade da São Paulo. São Paulo, 1997.

SPINK, P. K. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 8, nº 1, jan/jun de 1996, p. 174-192

ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César. Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais graves. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.9, n.1, p. 91-105, 2006.